

COMO AS AVALIAÇÕES EXTERNAS SÃO APROPRIADAS DENTRO DA ESCOLA: ANALISANDO PLANOS DE ENSINO

Thiago Fernando Ferreira COSTA¹
FEUSP

Juliana Nunes FERRAZ²
FEUSP

Pibid – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

RESUMO

Essa pesquisa teve como lócus a relação escola e avaliações externas, especificamente, da rede municipal de São Paulo e as Prova Brasil e Prova São Paulo. O objetivo foi analisar os planos de ensino dos professores do ensino fundamental I e II de matemática da escola em questão, observando as possíveis influências das avaliações externas nesses documentos. A uma escola análise das matrizes de referências, que se configura como um dos eixos de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (GEPAVE/FEUSP) teve e, ainda tem fundamental importância na pesquisa, obviamente, por ser através delas que podemos, ou não, observar influências nos planos de ensino dos professores. Como justificativa para este estudo salienta-se a centralidade que a Avaliação Externa assume na busca de uma educação de qualidade e o pequeno número de estudos que associam seu uso à instrumentos de gestão escolar. A metodologia de pesquisa utilizada foi de análise documental, centrando-se nos planos de ensino da escola [os quais foram levantados], matrizes de referência da Prova Brasil e Prova São Paulo, além de entrevista realizada com Diretora da escola.

Palavras-chave: Avaliação Externa. Matriz de Referência. Planos de Ensino. Matemática.

¹ Licenciado em Matemática, Graduando em Pedagogia, professor da rede Municipal de São Paulo thiago.costa@usp.br.

² Graduando em Pedagogia juliana.ferraz@usp.br

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de abordar a temática da Avaliação Externa, mais especificamente o quanto influenciam, ou não, no planejamento da disciplina de Matemática, analisando desse modo, os planos de ensino produzidos por professores de uma escola da Rede Municipal de São Paulo. Escola essa, localizada na zona leste da cidade de São Paulo, denominada 'Escola Vermelha' dentro de uma das linhas de pesquisa do GEPAVE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional) e financiada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

A proposta inicial do Pibid para a Escola Vermelha é trabalhar as Matrizes de Referência do Saeb (principalmente) linearmente, verificando suas mudanças e comparando com os planos de ensino - da disciplina de matemática - da escola e como estes conversam com as matrizes. O uso das Matrizes de Referência do Saeb que é usada na Prova Brasil e a Matriz de Referência da Prova São Paulo são justificados pela importância que essas avaliações têm no cenário nacional e municipal.

Devemos ressaltar que a investigação, de cunho documental e longitudinal, teve como objetivo encontrar indícios das avaliações externas nos planos de ensino elaborados pelos professores dessa escola. No interior do debate sobre eventuais impactos das avaliações externas nas atividades docentes, compreendendo que os planos de ensino como parte dessas atividades podem legitimar, ou pelo menos, sinalizar a influência das avaliações externas nas práticas docentes.

Seguindo os princípios da pesquisa documental e bibliográfica, inicialmente foi realizado um levantamento dos documentos (Planos de Ensino, Matrizes Referência do Saeb e Expectativas de Aprendizagem da

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo), criando um banco de dados. Após o primeiro levantamento, realizamos a análise desses dados, observando primeiramente se havia a menção literal ou indicação dos descritores das matrizes ou das expectativas de aprendizagem nos planos de ensino, assim como o uso dos resultados e dos dados na elaboração dos planos de ensino.

A sintetização do que foi pesquisado, discutido e os próximos passos sobre estas hipóteses, apresentaremos a seguir.

1 Análise e Resultados Preliminares

Tendo como base que o plano de ensino é um documento que deve nortear o trabalho do professor ao longo do ano letivo; o que não significa que seja um instrumento que termine em si mesmo, mas é cabível de mudança, de reconstrução, de retomada durante todo o processo. Como também tem um caráter político-social, pois, o que se apresenta no plano está carregado com os ideais, com as impressões e concepções do professor.

A partir dessa premissa que se observou os planos de ensino, não para legitimar se o professor era a favor ou contra as avaliações externas, mas para identificar, ou não, evidências delas nos planos, como algo que está consolidado, tanto no campo educacional como na sociedade.

A princípio, levantamos algumas hipóteses sobre a comparação: o divórcio ou o casamento absoluto entre a matriz do Sistema de Avaliação da Educação básica (Saeb) e os planos de ensino; a comparação com outros documentos, como as Orientações Curriculares – Proposição de Expectativas de Aprendizagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Matemática e livros didáticos usados na escola através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

1.1 A estrutura dos Planos de Ensino

Nos planos de ensino encontrados na escola, foram identificadas algumas mudanças: na estrutura, nas referências, nos conteúdos didáticos, além, claro, nos professores. Isso contribuiu para alguns fatores como: que não houvesse uma ligação direta entre um ano e outro de produção dos planos de ensino, pois nos parece, segundo a análise, que um professor não teve como base o plano do ano anterior; a existência de estrutura diferente de plano de ensino em anos distintos, e também num mesmo ano letivo.

Basicamente, falando da estrutura, estão organizados em formato de tabelas, contendo seções denominadas e que tratam dos seguintes assuntos:

- Expectativas (ou Expectativas de Aprendizagem);
- Conhecimento (ou Conteúdos);
- Tratamento Didático;
- Material Necessário;
- Tempos e Espaços;
- Avaliação.

Os dois primeiros, em alguns casos aparecem agrupados, sendo então denominados de Objetivos. Por outro lado, Tratamento Didático, Material Necessário e Tempos e Espaços surgiram incorporados em outras seções denominadas então como Estratégias ou Procedimentos Metodológicos. Chegamos a essas conclusões, já que a comparação nos

permitiu identificar termos e expressões semelhantes, e até idênticas entre as partes dos planos de ensino.

A seguir daremos maior atenção à seção Avaliação que aparece nos planos de ensino analisados..

1.2 Como a avaliação “aparece” nos planos de ensino.

A avaliação é culturalmente utilizada nas escolas, e a normalidade com que os professores avaliam seus alunos usando conceitos numéricos ou através de letras é evidente. Porém, essas medidas obtidas através dos instrumentos de avaliação não podem ser consideradas a avaliação em si, mas o juízo de valor que se dá à medida. Segundo João Luiz Horta Neto (2010)

Para dar significado às medidas, é preciso que elas sejam comparadas a uma situação anterior que já tenha sido objeto de medição ou então que elas sejam comparadas com uma situação ideal, um padrão definido por um determinado conjunto de atores, com base em critérios para atingir determinados objetivos. Da comparação entre o resultado obtido da medição e a situação ideal ou os resultados das medidas anteriores, é possível fazer um julgamento, emitir um juízo de valor, sobre a situação atual. Ao emitir o juízo de valor estaremos avaliando essa realidade.

A partir desse julgamento se pode analisar a situação de uma determinada realidade, sendo possível, por parte dos órgãos centrais detectarem os reais investimentos que devem ser realizados. Obviamente, somente esse juízo de valor não pode ser considerado suficiente para uma tomada de decisão, sendo necessário aprofundar as análises dos problemas encontrados. O ideal nesses juízos de valores está diretamente interligado com um possível padrão de qualidade, dando possibilidades de mensurar a qualidade da educação. Como afirma João Luiz Horta Neto (2010), a

[...] qualidade em educação depende da existência de um padrão, uma referência a partir da qual seja possível comparar os processos educacionais que se quer medir a esses padrões. Por meio dos dados obtidos pelas medidas, é possível adquirir indicações objetivas que permitam orientar as políticas educacionais.

Não somente os juízos de valores e esse possível padrão de qualidade orientam as políticas públicas, mas também as escolhas que a escola e os professores fazem, tanto das expectativas / conteúdos, como dos instrumentos de avaliação construídos por eles. Assim, procurou-se encontrar além dos instrumentos que seriam utilizados, uma relação destes com as expectativas de aprendizagem indicadas nos planos, a fim de estabelecer um significado da utilização desse instrumento no processo de avaliação.

O que foi constatado na análise dos planos de ensino é que o conceito de avaliação presente não está bem claro, confundindo ações que são da avaliação como processos e atos distintos. Os termos utilizados e a lógica dos instrumentos também não estão definidos, o que nos dá a entender que o foco da avaliação da aprendizagem (processo) está mais voltado para o desempenho (resultado) do que para aprendizado (ganho). Pois, os instrumentos que serão utilizados para avaliar os alunos estão presentes, mas os critérios não aparecem, até mesmo para indicar o que seria avaliado e como.

Analisando a medida de tendência através da moda, os instrumentos mais recorrentes são provas, atividades em grupo e exercícios. As avaliações diagnóstica (antes do tratamento), formativa (durante o tratamento) e somativa (após o tratamento) são quase inexistentes, e quando aparecem não constituem um processo, uma razão para estarem ali. A avaliação formativa aparece em muitos casos como observação, e a somativa como encerramento, através dos instrumentos ao final dos conteúdos. O que se pretende aqui não é fazer um julgamento do modo como é entendida a avaliação, mas sinalizar o que aparece nos planos. Sendo necessário destacar a grande reivindicação daqueles que são contrários às avaliações externas, defendendo que esses instrumentos não conseguem avaliar temas, como por exemplo, o cálculo mental. Mas aparecem nos planos de ensino, como algo a ser avaliado, não deixando claro o critério para fazer essa avaliação.

1.3 Os Planos de Ensino e a Matriz de Referência do Saeb.

É preciso evidenciar que explorar as matrizes e os planos de ensino se figura uma tarefa árdua, principalmente em questão à disponibilidade, pois havia pouquíssimos planos de ensino guardados na escola (como indicado no quadro a seguir), e o acesso às matrizes de referência do Saeb, seja ele por meio de livros ou de arquivos virtuais, não foi fácil.

Apesar de a análise dos planos terem sido realizadas separadamente, entre Ciclo I e Ciclo II do Ensino Fundamental, a apresentação neste trabalho não foi diferenciada entre os dois ciclos, por conta do que foi encontrado ser muito próximo. Na pesquisa usamos como referência o período entre 1997 (início da realização do Saeb com a Matriz de referência) e 2012, o que não significa que encontramos todos os planos de ensino desse período, como indicado no quadro abaixo:

Quadro de Distribuição dos Planos de Ensino de Matemática

Ano-Ciclo	Série	Ano	1997*	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
-	-	1º														X		X
1º - I	1ª	2º		X					X	X						X		X
2º - I	2ª	3º				X			X	X						X		X
3º - I	3ª	4º				X			X	X								X
4º - I	4ª	5º				X			X	X		X	X			X		
1º - II	5ª	6º				X						X	X			X		X
2º - II	6ª	7º				X						X	X			X		
3º - II	7ª	8º				X						X	X					X
4º - II	8ª	9º				X						X	X					X

- Matrizes de Referência do SAEB.
- Anos analisados.
- Planos de Ensino analisados em conjunto com as Matrizes de Referência.

Observação: as Matrizes de Referência de 1997 e 1999 são diferentes entre si, mas se utilizam da mesma equipe técnica. Em 2001 há uma nova mudança na estrutura, e no embasamento teórico, dando mais destaque para os PCN, daí em diante as Matrizes de Referência não apresentam mudanças.

* Início da utilização de Matriz de Referência no SAEB.

Acreditamos ser de fundamental importância destacar o fato de não termos encontrado todos os planos de ensino dentro do período proposto. Mesmo que possamos ser levados a imaginar que a falta desses planos está localizada em períodos mais remotos, à prática, o ato de buscar esses documentos na escola, desconstruiu essa imaginação. Existem diversos anos que não foram encontrados os planos de ensino correspondentes e, principalmente, anos mais recentes como 2009 e 2011, que seriam de fundamental importância à nossa pesquisa, por serem anos de aplicação da Prova Brasil. O que pode caracterizar uma falta de continuidade no processo de aprendizagem dos alunos, ou seja, os planos de ensino tem um fim em si mesmo, não havendo uma sequência com os anos posteriores, pensando na sequência de aprendizagem. Obviamente, essa constatação é simplesmente uma hipótese, que não podemos comprovar apenas observando essa descontinuidade tanto na quantidade de planos como também no seu conteúdo.

No que se refere à substância dos planos de ensino, não foram evidenciadas grandes referências a Matriz do Saeb. Mesmo que em um plano específico (3º ano do ciclo I - 2012) houvesse a menção clara de que um dos objetivos do plano de ensino daquele ano seria o melhor desempenho nas avaliações internas e externas, não fazendo alusão a uma prova específica; e em outro (3º ano do ciclo II – 2012) a Prova Brasil ser colocada dentro da seção de Avaliação do plano de ensino como ‘instrumento de avaliação’, usando assim de maneira equivocada, a nosso ver, tanto as avaliações externas, quanto o que se entende por instrumentos de avaliação.

O que classificamos aqui, como sendo equivocada a utilização da Prova Brasil como um instrumento de avaliação, está mais voltado ao fato de que os resultados somente são divulgados no ano posterior, não possibilitando assim a prova ser um instrumento daquele ano e também uma série/ano que não se aplica a prova. Mas temos que pensar em outras hipóteses, como o uso de modelos da Prova Brasil, com itens calibrados e que podem ajudar na interpretação pedagógica ou a análise dos resultados das provas anteriores, construindo estratégias para buscar uma melhora. Mesmo destacando outras hipóteses é difícil não concluirmos que existe um desconhecimento da organização da Prova Brasil, como também da sua Matriz de Referência, por parte dos professores que elaboraram o plano.

É necessário reafirmar que não temos a intenção de julgar, ou de maneira taxativa, colocar os docentes dessa escola contra a parede, mostrando que não sabem avaliar e ponto. O que se quer dizer, pode ser considerado o outro polo da questão, e que na realidade, o que falta para muitos é o conhecimento teórico sobre a avaliação em si. Resultando em desacertos e incoerências quanto ao uso dos termos e expressões relacionados à avaliação.

1.4 Os Planos de Ensino e as referências encontradas

Além dos fatores evidenciados anteriormente, devemos destacar as outras referências encontradas que embasam os planos de ensino. Quanto mais antigo é o plano de ensino (anos: 1998, 2000, 2003, 2004, 2006 e 2007), mais complexa é a comparação com algum documento. Por conta da impressão, o que é uma hipótese, de que os planos de ensino foram embasados em livros, didáticos ou não, que foram utilizados no ano analisado; ou o que estava presente nos planos já era algo arraigado pelos professores.

Com os planos mais recentes (2010 e 2012), foi identificada a presença maciça das Expectativas de Aprendizagem da SME de São Paulo. No caso dos planos de ensino do Ciclo I de 2010 (2º e 5º ano) foi identificada também uma relação com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo.

As metas de aprendizagem de ambos os documentos foram copiadas na seção Expectativas de Aprendizagem dos planos de ensino, literalmente em alguns casos, apresentando em outros no máximo uma seleção de algumas delas. Os documentos ‘Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem’ e ‘Proposta Curricular do Estado de São Paulo’, como os próprios nomes dizem, trazem orientações para que o professor construa seu plano de ensino. Porém, eles não possuem uma ligação direta com nenhuma avaliação externa, o que mais uma vez traz sinais, e somente isso, pois não estamos aqui para apregoar nada, que os planos de ensino tem pouca ou nenhuma relação de alusão com as matrizes de referência das avaliações externas.

Um fato importante e que devemos ressaltar nesse trabalho, mas não vamos nos aprofundar é a questão das expectativas de aprendizagem ter uma redação muito parecida, ou praticamente igual, a dos descritores das matrizes. Realmente pode causar uma grande confusão, já que os descritores são tarefas que se espera que o aluno faça e as expectativas são metas de aprendizagem, ou simplesmente, o que se espera que ele aprenda. Não podemos afirmar que realmente essa confusão exista entre os professores dessa escola, ou até mesmo no geral, mas deixa claro que existe uma confusão no uso das expectativas como descritores nas avaliações descritas nos planos.

Conclusões Parciais

Levando em consideração todo o levantamento feito até o presente momento da pesquisa, o que podemos dizer quanto à utilização das avaliações – internas ou externas – é que se mostra primordial o desenvolvimento de estratégias e meios que permitam tanto aos

profissionais da educação, que apesar da formação, não dominam aspectos fundamentais referentes à avaliação, quanto à sociedade em geral; para que se apropriem dos resultados, e de maneira democrática e participativa façam parte da mudança pretendida. Pois, de acordo com Diane Ravitch (2011), “sem conhecimento e compreensão, você tende a se tornar um espectador passivo ao invés de um participante ativo nas grandes decisões de nosso tempo.”

Uma boa maneira, mas não tão fácil de colocar em prática, talvez pela divergência das concepções do que é avaliar e do que é qualidade que possam surgir no âmbito da discussão da escola, é apresentada por Romualdo Portela de Oliveira (2008). Em síntese seria:

- 1ª Utilizar os dados da própria escola, a fim de planejar de maneira mais precisa;
- 2ª Pensar as razões das insuficiências observadas;
- 3ª Verificar que tópicos ou temáticas apresentaram resultados insatisfatórios (o que permitiria aos próprios professores a suprimir as lacunas existentes na formação);
- 4ª Se evidenciado que determinado conteúdo apresente desempenho insatisfatório em diversas escolas, é um bom indicador para a rede trabalhar em relação à formação continuada;
- 5ª Desenvolver estratégias de trabalho – como o trabalho de recuperação paralela.
- 6ª Enfim, a escola deve buscar enfrentar o problema.

Esses são alguns passos que poderiam ser utilizados para que a escola se aproprie dos indicadores de desempenho provenientes das Avaliações de Sistemas. Assim, elas poderiam se relacionar com o Projeto Pedagógico da escola, servindo até como avaliação do próprio projeto no que diz respeito a atendimento das necessidades da escola. Como afirma Ocimar Munhoz Alavarse (2011), “trata-se então, entre outras possibilidades, de alimentar um diálogo entre avaliação externa e interna que permita às redes e escolas reunir condições para avançar seus projetos pedagógicos.”

Tendo em vista os resultados já encontrados, o que se pretende no prosseguimento da pesquisa, é um aprofundamento no estudo das Matrizes de Referência do Saeb com enfoque na construção histórica e suas mudanças. E aprofundar também a análise do uso das avaliações externas na Escola Vermelha, para então poder, de maneira mais eficaz e embasada, e digamos ousada, contribuir com novos estudos nessa área da educação tão importante e que nos dias atuais levanta tantos questionamentos.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que colaboraram (e colaboram) para o prosseguimento desta pesquisa, ao GEPAVE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo) pelas discussões e reuniões que

contribuíram para os achados aqui colocados; ao Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) que têm apoiado a formação dos novos docentes.

Referências

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Avaliações internas e externas na educação básica:** características e possíveis articulações. Trabalho apresentado no Curso para Formação de Tutores da Rede Estadual de Goiás. Goiânia. 12 dez. 2.011.

_____. **Fundamentos da Avaliação de Sistemas e de Unidades Escolares.** Disciplina ministrada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. FEUSP. jul/nov 2012.

AZANHA, José Mário Pires. Proposta pedagógica e autonomia da escola. In: _____. **Formação de professores e outros escritos.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. p. 87-104.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática.** Brasília: MEC/SEF, 1997. 142p.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática** (1º e 2º ciclos do ensino fundamental). v. 3. Brasília: MEC, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática** (3º e 4º ciclos do ensino fundamental). Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. MEC BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Matrizes curriculares de referência para o SAEB.** Brasília: Inep, 1997.

_____. **Matrizes curriculares de referência para o Saeb.** 2. ed. rev. ampl. Brasília: Inep, 1999.

_____. **Saeb 2001: novas perspectivas.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília: O Instituto, 2001.

BRASIL. MEC/PDE. **Prova Brasil:** ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão Política do Projeto Pedagógico da Escola.** p. 1-11.

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação externa de escolas e sistemas:** questões presentes no debate sobre o tema. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 227, p.84-104, jan./abr. 2.010.

LOCATELLI, Iza. **Construção de Instrumentos para avaliação de larga escala e indicadores de rendimento:** o modelo Saeb. Estudos em Avaliação Educacional, n.25, p. 03-21, jan/jun 2002.

_____. **Novas perspectivas de Avaliação.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. 2001, vol.09, n.33, p. 475-487.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Planejamento e Avaliação na Escola:** articulação necessária e determinação ideológica. In: _____ Avaliação da Aprendizagem Escolar: estados e preposições. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 102-119.

RAVITCH, Diane. **Lições Aprendidas.** In: _____. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2.011. p. 249-269. (Original 2.010).

SILVA, Isabelle Fiorelli. **O sistema nacional de avaliação:** características, dispositivos e resultados. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 47, p.427-448, set/dez 2010.